

# Diário do Legislativo de 10/11/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Arlen Santiago (PTB), Márcio Kangussu (PPS) e José Milton (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PCdoB) e Maria Tereza Lara (PT)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

### LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB); Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado PP Vice-Presidente  
Paulo Piau

Deputado BPSB  
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPSB  
Fábio Avelar

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PCdoB

Deputado PMDB  
Leonardo Quintão

Deputado PL  
Dinis Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP  
Coelho

Deputado BPSB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente  
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Olinto Godinho BPS

Deputada Cecília Ferramenta Bloco PT/PCdoB

Deputado Pinduca Ferreira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Doutor Viana PFL

Deputado Zé Maia BPS

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão BPS Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista BPS

Deputado Leonídio Bouças BPS

Deputada Maria Tereza Lara Bloco PT/PCdoB

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco PT/PCdoB  
Prado

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente  
Pacífico

Deputada Vanessa Lucas BPSB Vice-Presidente

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Antônio Júlio PMDB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Bloco PT/PCdoB  
Moraes

Deputado Jayro PL  
Lessa

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves BPSP

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Ferrotaco Sidinho do BPSP

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Carvalho Roberto Bloco PT/PCdoB

Deputado Quintão Leonardo PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Resende Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Ferrotaco Sidinho do BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB  
Lara

Deputado Alberto BPSP  
Bejani

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermanno Batista BPSP Presidente

Deputado Jayro Lessa PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Doutor Viana PFL

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton BPSP

Deputado Kangussu Márcio BPSP

Deputado Santiago Arlen BPSP

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Bloco Presidente  
Maria José PT/PCdoB  
Haueisen

Deputado BPSB Vice-Presidente  
Doutor Ronaldo

Deputado BPSB  
Fábio Avelar

Deputado PL  
Márcio Passos

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

##### MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Carlos BPSB  
Pimenta

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado José Milton BPSB

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente  
André Quintão PT/PCdoB

Deputado PFL Vice-Presidente  
Gustavo  
Valadares

Deputado BPSB  
Olinto Godinho

Deputado João PL  
Bittar

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Moraes Jô Bloco PT/PCdoB

Deputada Pacífico Lúcia BPSP

Deputado Martini Miguel BPSP

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Pereira Gil PP Presidente

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Humberto Carneiro Luiz BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Doutor Viana PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Haueisen Maria José Bloco PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSP

Deputado João Bittar PL

Deputado Valadares Gustavo PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min



MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia BPSP Presidente

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Djalma Diniz BPSP

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Dimas Fabiano PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Ângelo Durval Bloco PT/PCdoB

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputado Barbosa Irani PL

Deputado Pereira Gil PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Fahim Sawan BPSP Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado BPSP

Deputado Célio Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Simões Chico Bloco PT/PCdoB

Deputado      Doutor   BPS  
Ronaldo

Deputado      Sebastião   BPS  
Helvécio

Deputado      Arlen   BPS  
Santiago

Deputado      Roberto   PL  
Ramos

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado      BPS      Presidente  
Sargento  
Rodrigues

Deputado      BPS      Vice-Presidente  
Alberto Bejani

Deputado      PL  
Leonardo  
Moreira

Deputado      Zé   BPS  
Maia

Deputado      Bloco  
Rogério Correia   PT/PCdoB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado      Arlen   BPS  
Santiago

Deputado      Márcio   PL  
Passos

Deputado      BPS

Deputado      Olinto   BPS  
Godinho

Deputado      Biel   Bloco PT/PCdoB  
Rocha

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado      BPS      Presidente  
Alberto Bejani

Deputada      Bloco      Vice-Presidente  
Marília Campos   PT/PCdoB

Deputado  
Marcelo  
Gonçalves BPS

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PCdoB

Deputado PFL  
Elmiro  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB  
Hauelsen

Deputada Ana Maria BPS  
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente  
Moreira

Deputado BPS Vice-Presidente  
Djalma Diniz

Deputado Bloco  
Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado PMDB  
Adalclever  
Lopes

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sidinho do BPS  
Ferotaco

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB  
Ferramenta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente  
Paulo Cesar

Deputada BPSP Vice-Presidente  
Maria Olívia

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdoB

Deputado PL  
Márcio Passos

Deputado PMDB  
Chico Rafael

##### MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado BPSP

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Antônio PL  
Genaro

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PSDB Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Biel PT  
Rocha

Deputado Célio PL  
Moreira

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

Deputado Padre PT  
João

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Leonídio PTB  
Bouças

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Sidinho do PSDB  
Ferrotaco

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputada Ana Maria PSDB  
Resende

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUVIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 49ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear os 50 Anos do Movimento Apaeano

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 49ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 5/11/2004

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado

Dalmo Ribeiro Silva - Palavras do Deputado Federal Eduardo Barbosa - Palavras da Sra. Luíza Pinto Coelho - Entrega de placa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar - José Henrique.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado José Henrique, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa o Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Barbosa o Cel. Evandro Bartholomei Vidal, Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão do Exército, representando o Comandante, General Paulo Castro; e a Exma. Sra. Luíza Pinto Coelho, Presidente das Federações das APAEs do Estado de Minas Gerais.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear os 50 anos do movimento apaeano.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda da Polícia Militar de Minas Gerais, sob a regência do Subtenente Gideão.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, representando neste momento e nesta sessão solene S. Exa. o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Luíza Pinto Coelho, Presidente da Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, caríssimo amigo Deputado Federal Eduardo Barbosa; Exmo. Sr. Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar, Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante, Gen. Paulo Castro; meus senhores, minhas senhoras; família apaeana de Minas Gerais e gloriosa banda da Polícia Militar do nosso Estado, que muito nos honra nesta noite feliz e festiva para Minas; autoridades da Mesa; esta Casa do povo mineiro, por reiteradas e felizes noites, já teve a honra de ser o palco das mais solenes homenagens a instituições e pessoas que, por diferentes formas e por múltiplas ações, contribuíram e contribuem para construir uma sociedade melhor e mais justa.

Nesta noite, tenho a particular alegria, iluminado pela luz que brilha em um coração reconhecido, que se comove com o exemplo e se inspira no sentimento da família apaeana, de ser o autor da proposta que enseja esta solenidade que ressalta a dedicação, o amor, a solidariedade e o afeto encontrados no seio de uma APAE, onde se realiza, a cada dia, o resgate da célula "mater" da sociedade, a família.

Sim, porque, ao promover e articular ações de defesa de direitos, prevenir, orientar, prestar serviços e apoiar a família com vistas à melhoria da qualidade de vida da pessoa especial, a APAE está, acima de tudo, restaurando uma instituição muitas vezes fragilizada pelo preconceito e talvez pela incompreensão.

É nesse universo que se desenvolve a missão sonhada e levada a efeito por aqueles que idealizaram, há 50 anos, a criação de uma associação de pais e amigos dos excepcionais. Uma semente plantada no Rio de Janeiro que deu muitos e bons frutos e que hoje se espalha por todo o Brasil.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais presta hoje justa homenagem ao maior movimento comunitário do mundo, que é, sem dúvida, o movimento apaeano.

Quero saudar, de pronto, todas as APAEs existentes em nosso Estado de Minas Gerais, evocando o pioneirismo da APAE de São Lourenço, a mais antiga de Minas Gerais, que também completará no próximo ano o seu cinquentenário.

Saúdo, da mesma forma, todos os profissionais, pais, amigos e voluntários que se dedicam a tão nobre causa, mencionando o exemplo da APAE da minha querida terra natal de Ouro Fino, do Sul de Minas.

Atualmente no Brasil são mais de 2 mil APAEs em perfeito funcionamento e sintonia, 368 delas em nosso chão mineiro, filiadas à federação estadual.

São entidades mantenedoras de escolas especiais que propiciam atendimento educacional a milhares de crianças e adultos que formam uma grande rede de pessoas que promovem a inclusão social e se esforçam por sensibilizar e conscientizar a sociedade e os órgãos públicos sobre os direitos fundamentais de cidadania das pessoas especiais.

Compreendendo ações de sensibilização, conscientização, prevenção, habilitação e reabilitação que objetivam favorecer o desenvolvimento infantil nos mais variados aspectos, físico, motor, emocional, intelectual e social, sobretudo contribuindo para sua integração escolar, familiar, social, cívica, de trabalho e ajustamento pessoal, uma APAE é, antes de tudo, uma entidade de ação comunitária de ajuda moral, psicológica e material aos pais e aos amigos das pessoas especiais. O exercício da solidariedade lhes proporciona a eficácia da ação coletiva, que vai além dos casos individuais.

É inegável que tudo é fruto da luta intransigente e da firme determinação das APAEs de todo o Brasil, o fato de contarmos hoje com um conjunto de normas, vigentes em nosso ordenamento jurídico, que disciplinam a verdadeira educação especial.

É desse contexto que surgiu o compromisso, legalmente assumido pelo Estado, de propiciar uma educação inclusiva para todos os brasileiros, reflexo da transição de paradigmas por que passa a educação no nosso País, para que possa ser exercida em sua verdadeira amplitude cívica e democrática.

Dentro de uma nova vertente conceitual emerge uma visão de escola particularmente atenta à sua função social e educativa de favorecer o desenvolvimento integral de todos os alunos, independentemente de suas características individuais e de seu contexto.

De acordo com essa nova concepção de escola que responde diferencialmente à diversidade do grupo, a educação especial passa a buscar uma atuação que seja o menos restritiva possível, invertendo o processo em que as diferenças conduzem à segregação.

Nesse sentido, a Constituição Federal diz que é dever do Estado "o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

A Constituição Estadual, por sua vez, acrescenta que o referido atendimento se dará "com garantia de recursos humanos capacitados, material e equipamentos públicos adequados e de vaga em escola próxima à sua residência".

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação desenvolve o assunto, enfatizando, em vários dispositivos, a prioridade de integração do aluno especial à rede regular de ensino.

Essa nova mentalidade, que se reflete nos comandos constitucionais e legais em vigor, tem orientado recentemente a intervenção pedagógica na área específica do conhecimento relacionado com as necessidades educativas especiais.

Contudo, toda essa conjugação de elementos e de práticas não exauriu a demanda existente, pois o atendimento dos alunos especiais nas classes regulares ainda é bastante incipiente, o que reafirma o papel fundamental das APAEs neste contexto.

Celebramos hoje 50 anos de um movimento que floresceu e fincou raízes sólidas em todo o território nacional, afirmando o sentimento de solidariedade e de amor ao próximo que distingue a alma brasileira e a do povo mineiro. São 50 anos de avanços e conquistas, que precisam constituir força e alicerce para enfrentar os enormes desafios ainda existentes.

A realidade impõe-nos refletir sobre alguns dados que demonstram a profunda necessidade de reforçar os laços de parceria entre as múltiplas instituições atuantes nessa área, com vistas à superação de alguns índices alarmantes. Para uma sociedade que pretende implementar profundas mudanças em sua realidade, não é ético conviver com deficiências que poderiam ser evitadas.

Mas um outro dado reclama nossa atenção: nos países desenvolvidos a proporção de aproveitamento e inclusão de pessoas especiais na educação e no trabalho fica entre 30% e 45%, e no Brasil, dos nove milhões em idade de trabalhar, apenas 2% são aproveitados.

É necessário, caríssimas educadoras, neste momento em que centenas de municípios mineiros terão à frente novos administradores, que se proceda a uma profunda reflexão a respeito da importância e do alto significado que representa a presença da APAE em cada município.

Essa reflexão é urgente, pois não suportamos mais a falta de responsabilidade e de comprometimento do poder público municipal com esse verdadeiro apostolado. Ao contrário, o que se vê, muitas vezes, é a absoluta ignorância a respeito do que vocês, caríssimas sementeiras da dignidade e do amor ao próximo, têm feito ao longo dessa caminhada, diga-se de passagem, vitoriosa.

E porque é vitoriosa, mesmo em meio às adversidades, é que desejo, mais do que nunca, homenageá-las tão-somente, pois, graças à persistência, à vontade e à determinação de todas vocês é que hoje podemos dar testemunho do extraordinário papel das APAEs em todo o nosso Estado, sob a responsabilidade de todos vocês.

Gostaria, sim, do alto desta tribuna, de formular um veemente apelo aos futuros Prefeitos e às Câmaras Municipais: que se associem a nós, não com verbas irrisórias, descabidas, insuficientes para contemplar a magnitude dessa causa, e, pior de tudo, muitas vezes jamais pagas, exigindo a intervenção até do Ministério Público para o seu recebimento, junto aos cofres do município.

Está na hora, talvez já tenha passado, mas é urgente que se faça uma reflexão muito profunda e muito séria em todos os níveis de governo deste País, para assegurar a dignidade, o respeito e o funcionamento de nossas APAEs.

Da mesma forma, que a atitude da sociedade de abrir os braços para receber em seu seio todos os indivíduos, especiais ou não, constitua um passo definitivo para as grandes realizações coletivas neste século XXI.

Chegou a hora da inclusão! Para tanto, o compromisso da APAE de plenificar a eficácia dos direitos da pessoa especial deve converter-se em uma atitude de todos nós, da própria sociedade em que vivemos.

Não dá para permanecer absolutamente omissos diante de uma situação que não se resolve somente com a intervenção do Estado. A existência das APAEs é o exemplo claro do quanto é imprescindível o envolvimento de toda a sociedade.

Romper os preconceitos e desenvolver ações que beneficiem essas pessoas tão especiais é a nossa tarefa, é o nosso direito e é o nosso dever. Agir preventivamente com o propósito de reduzir as situações de risco e possibilitar a identificação e a intervenção precoce nas deficiências deve constituir-se o carro-chefe dessa missão.

Sim, o movimento apaeano é uma verdadeira e elevada missão. Missão: a esse desafio se responde simplesmente com o coração, e é lá no

profundo de nossos corações, fonte motivadora de todas as boas ações, que deve repousar sempre por nossa convicção.

A APAE e todos aqueles que militam nesse movimento são imprescindíveis. Todo ser humano precisa ser. Todos podemos ser. É de coração, Sra. Presidente, que prestamos esta homenagem; é com o coração aberto e feliz que a Casa do povo mineiro presta a vocês esta homenagem de gratidão e de reconhecimento.

Quero, com a permissão de todos, prestar também minha saudação muito especial ao valoroso amigo e companheiro de jornadas, Deputado Eduardo Barbosa, legítimo representante das APAEs do Brasil. Quis Deus e quis o destino tê-lo no meio da sociedade mineira, que aproveita da sua sinergia para trazer a todas as APAEs o oxigênio tão necessário.

Quero ainda informar que enviei hoje ao eminente Governador Aécio Neves uma proposta que sugere à realização de concursos públicos a oferta de vagas específicas para professor com exercício exclusivo nas escolas das APAEs, ficando desde já consignado neste Plenário o meu compromisso de lutar incansavelmente para que essa idéia seja efetivada em nosso Estado, a exemplo do que já ocorre em outras unidades da Federação.

Receba, pois, a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, por sua dinâmica e incansável Presidente Luíza Pinto Coelho, em nome do movimento apaeano, esta singela homenagem da Assembléia Legislativa, com a qual esta Casa do povo mineiro reafirma sempre o seu interesse e a sua disposição de se associar ao esforço coletivo, promovendo e valorizando o desenvolvimento dos múltiplos talentos que revelam as pessoas especiais, sendo-lhes solidária na luta pela superação dos limites impostos pela vida".

Para finalizar, quero que vocês saiam desta sessão solene inspirados por este pensamento: "Há aqueles que lutam um dia e, por isso, são bons; há aqueles que lutam anos, e são melhores ainda; porém, há aqueles que lutam toda a vida, e esses são imprescindíveis". E assim são vocês.

Parabéns a todos pelo nosso cinquentenário e que Deus abençoe sempre a família apaeana.

#### Palavras do Deputado Federal Eduardo Barbosa

Boa noite a todos os presentes. Cumprimento o Presidente desta sessão solene, Deputado Fábio Avelar, neste ato representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; o Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar da 4ª Divisão de Exército, Cel. Evandro Bartholomei Vidal; e a nossa querida Presidente da Federação das APAEs de Minas Gerais, Luíza Pinto Coelho. Um abraço carinhoso de todo o movimento apaeano ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, e, mais que isso, um dos companheiros que vem apoiando permanentemente as APAEs do Estado, principalmente as da sua região, o Sul de Minas, por isso mesmo, sempre em sintonia com o que estamos realizando no dia-a-dia do nosso Estado.

A minha palavra é simples porque o brilhantismo da fala do Deputado Dalmo Ribeiro Silva expressou, com toda a clareza, o nosso sentimento e as nossas aspirações, fazendo não só um diagnóstico de conquistas, mas também se lançando como companheiro numa perspectiva de avanços para a garantia plena dos direitos das pessoas com deficiência no nosso Estado.

Agradeço a Assembléia Legislativa do Estado, que, ao longo de sua história e por meio de diversos parlamentares, sempre esteve ao lado do movimento apaeano, apoiando pleitos, reivindicações, e fazendo-se presente nas APAEs de suas respectivas regiões. Dentro desta Casa, a APAE nunca deixou de ter o aconchego do Legislativo na busca de um apoio para as nossas lutas. Dessa forma, a APAE sempre se fez presente nesta Casa em vários momentos, como, por exemplo, na elaboração da Constituição do Estado. Isso fez com que nosso Estado absorvesse por meio da Constituição Estadual aquilo que já havia sido determinado pela Constituição Federal de 1998, ou seja, a igualdade de acesso e oportunidade às pessoas com deficiência.

Baseado nesse indicativo da lei, no arcabouço legal construído pela Assembléia Legislativa do Estado, o nosso movimento adquiriu mais força. Da mesma forma, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva chamou todos os Prefeitos a cumprirem o seu papel, pois eles devem exercer solidariedade permanente e constante a esse segmento da população.

E, cumprindo seu papel, estarão respeitando o que as nossas leis já definem na Constituição Estadual e nas leis orgânicas municipais.

Infelizmente, muitos ainda são insensíveis ao preceito legal e precisam daqueles que são companheiros de todas as horas para lembrar-lhes que o trabalho feito pelas APAEs é uma função do Estado, e não queremos mais ficar sozinhos nessa luta. Queremos ser aqueles que, em cada município, exercem um princípio de cidadania plena e de co-responsabilidade com o Estado para garantir o que a sociedade e a legislação brasileira desejam.

Saliento a presença de Wagner Pereira Maia, um dos nossos autodefensores do Estado, aqui representando todos os autodefensores de Minas Gerais, aqueles para quem lutamos no dia-a-dia. Wagner, ao lado de sua mãe e juntamente com a Luíza, representa aqueles que compõem o nome da nossa sigla: associação de pais, amigos e pessoas com deficiências. É com essa sinergia e o entrosamento de famílias, pessoas com deficiência e amigos que construímos 50 anos de história que estão aí para todos verem. Só não vê quem não quer, porque estamos presentes, como disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, no cotidiano, no dia-a-dia. Não nos esmorecemos. Somos unidos e fortes diante de cada obstáculo e, assim, modificamos a realidade das pessoas para as quais trabalhamos.

Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva e à Assembléia Legislativa ter aprovado esta sessão solene, que tem um significado histórico, pois fará parte dos anais desta Casa. Daqui a 50 anos reportar-se-ão a esses documentos, e nossas falas estarão registradas, mostrando que temos vigor e queremos transpô-lo por mais 50 anos. Por meio da TV Assembléia, todo o Estado saberá quanto o Legislativo mineiro respeita o movimento apaeano do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

#### Palavras da Sra. Luíza Pinto Coelho

Exmo. Deputado Fábio Avelar, representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Exmo. Deputado Federal Eduardo Barbosa, nosso companheiro e líder maior do nosso movimento; Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso amigo, que nos honra muito com essa homenagem; prezado Coronel; querido Wagner, que está conosco; amigos das APAEs mineiras; a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais sente-se muito honrada em participar, nesta egrégia câmara dos Deputados Estaduais, da justa homenagem que se presta aos 50 anos do movimento apaeano no Brasil. São 50 anos de árduas lutas e doces vitórias na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Durante todo esse tempo, 50 anos, muitas foram as batalhas, os obstáculos que tivemos de superar, mas também muitas são as conquistas que, hoje, podemos celebrar. Devemos o nosso sincero agradecimento àqueles que, de alguma forma, direta ou indireta, deram sua



contribuição para garantir aos portadores de deficiência o direito a uma vida digna e ao pleno exercício da cidadania.

Completamos, agora, 50 anos, com a certeza de estarmos trilhando o caminho certo. Cientes de que era preciso oferecer mais à pessoa portadora de deficiência, evoluímos, ao longo desses 50 anos, sempre superando desafios. Entendemos que é preciso mais que exigir da pessoa portadora de deficiência todo esforço para ser aceita dentro dos nossos padrões. Entendemos que devemos proporcionar todos os meios possíveis para que essas pessoas sintam-se parte da comunidade, sintam-se peças fundamentais na engrenagem da vida. Cabe-nos muito mais que simplesmente aceitá-las.

Devemos trabalhar incansavelmente para fazer valer cada direito tão arduamente conquistado nesses 50 anos de lutas. É preciso muito mais. Ainda temos uma longa estrada a percorrer. Sabemos que vamos encontrar pelo caminho alguns obstáculos, que serão superados com nossa união, seriedade e honradez, valores que caracterizam e dignificam o movimento apaeano no Brasil.

Muito foi feito, é verdade. Muito devemos aos precursores do movimento apaeano. Estamos prontos para continuar essa digna luta e não descansaremos enquanto um direito for violado. Para isso contaremos sempre com a parceria de todos os políticos, com a importante aliança firmada com esta Casa.

Devemos um agradecimento especial ao nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, com sua sensibilidade e compromisso com a causa das APAEs, honra-nos com esta homenagem aos 50 anos do movimento apaeano. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que aqui me permita chamá-lo de companheiro apaeano, pois é assim que o vemos, tem sido um parceiro muito importante nessa caminhada. Seu trabalho dignifica a Assembléia do Estado de Minas Gerais. Para nós, do movimento das APAEs, é uma honra ser lembrados por V. Exa. nesta reunião solene.

Aos Deputados desta Casa coube a digna missão de legislar. Aproveitamos esta oportunidade para reivindicar, em nome das pessoas com deficiência, do Estado de Minas Gerais, que toda atenção seja dispensada a elas, aos seus anseios, assegurando a cada dia a superação dos obstáculos impostos pela vida. Elas contam com vocês.

O reconhecimento ao trabalho prestado pelas APAEs é importante na medida em que nos estimula a continuar e nos mostra que não estamos sós, que podemos contar com a parceria dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para assegurar não só o cumprimento de direitos já postos, mas também para novas conquistas que sejam capazes de proporcionar às pessoas com deficiência uma melhor qualidade de vida.

Agradecendo a generosidade do reconhecimento e da homenagem com que somos agraciados, em nome das 23 mil pessoas portadoras de deficiência e suas famílias, atendidas pelas APAEs do Brasil, registramos aqui nossa gratidão e nossa disposição em participar cada dia mais de suas vidas, tornando-nos não só referência para seu atendimento pleno, mas também servindo de elo perene com as autoridades, na busca de dias melhores. Muito obrigada.

#### Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento o Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega, à Sra. Luíza Pinto Coelho, de placa alusiva a esta homenagem. Para isto, solicitamos a ambos, bem como ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que se dirijam ao local destinado às condecorações. A placa contém os seguintes dizeres: "A homenagem da Assembléia Legislativa mineira ao movimento apaeano, que, há 50 anos, descortina para pessoas verdadeiramente especiais veredas planas para a realização de suas potencialidades. A luta decidida das APAEs em favor dos direitos das pessoas com deficiência configura forte estímulo ao combate contra o preconceito e a discriminação e abre caminhos para o exercício pleno da cidadania".

- Procede-se à entrega de placa.

#### Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, a Banda da Polícia Militar de Minas Gerais, sob a regência do Subtenente Gideão, apresentará a música "Tributo a Lupicínio Rodrigues".

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Presidente

Gostaríamos de cumprimentar a Sra. Luíza Pinto Coelho, Presidente da Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; cumprimentar o nosso querido Deputado Eduardo Barbosa e, ao mesmo tempo, agradecer a presença agradável deste batalhador entre nós; cumprimentar o Cel. Evandro Bartholomei Vidal, Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar da 4ª Divisão de Exército, que representa nesta solenidade o Gen. Paulo Castro; cumprimento ainda, com todo carinho, o nosso amigo e irmão, esse Deputado brilhante nesta Casa legislativa, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva; cumprimento todas as autoridades presentes, com um abraço especial a toda família apaeana na pessoa do nosso querido Wagner, que está entre nós. Não poderia deixar de cumprimentar, nesta oportunidade, aos nossos queridos funcionários da Assembléia Legislativa, que sempre nos emprestam o apoio necessário nesta Casa. Não podemos deixar de agradecer ao Presidente desta Casa a honra de me conceder o privilégio de representá-lo nesta importante reunião, em que esta Casa Legislativa presta mais do que uma justa homenagem a essa entidade que tem uma folha de serviços imensa prestada à sociedade. Fica isso, como disse o nosso colega Deputado Eduardo Barbosa, registrado nos anais desta Casa Legislativa.

Esta Assembléia sente-se profundamente honrada em homenagear a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, dentro da celebração do cinquentenário do movimento apaeano.

O nome que corresponde à sigla - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - tornou-se, no decorrer desses anos, sinônimo de credibilidade, doação, amor e competência.

Foi em 1954 que nasceu, no Rio de Janeiro, a primeira APAE, por inspiração da diplomata norte-americana Beatrice Bemis, mãe de uma portadora da síndrome de Down. A exemplo de associações existentes em seu país, congregou pais, amigos, professores e médicos com o intuito de criar uma escola pioneira para crianças portadoras de algum tipo de deficiência.

Nesse meio século, a idéia ganhou o País. São quase 2 mil municípios brasileiros que a adotaram, constituindo o maior movimento comunitário do mundo. Um papel especial nessa missão de amparo e orientação vem sendo desempenhado pela Federação das APAEs de Minas Gerais, que tem levado à frente, entre nós, o movimento apaeano.

A educação especial tornou-se integrante do sistema educacional brasileiro, num coroamento do longo esforço das APAEs.

É assim que a proposta do movimento veio garantir a independência, a auto-realização e o desenvolvimento das potencialidades do portador de necessidades especiais.

Essas necessidades são muitas e variadas e começam pela prevenção das deficiências, no atendimento da gestante e do bebê. Como jovem, o cidadão portador de deficiência precisa de atendimento nas áreas de educação, assistência e lazer, na busca de sua integração à comunidade.

Os adultos deficientes precisam ser preparados para o mundo do trabalho, ter acesso a ele e participar ativamente da vida social. E, quando idosos, precisam ver suas necessidades garantidas, a grande preocupação de seus pais diante do fato de virem a lhes faltar.

O aluno atendido pelas APAEs é, então, capacitado para se tornar um agente transformador em uma sociedade democrática, na qual exercita os valores da liberdade e da justiça.

Todo o seu aprendizado ocorre em clima de vivências e ações com base comunitária e fraternal.

Para que os direitos de cidadania da pessoa portadora de deficiência continuem respeitados e viáveis, há um custo sobretudo financeiro. A sociedade como um todo tem de estar, portanto, permanentemente mobilizada, não só nas esferas dos poderes públicos federal, estadual e municipal. O próprio País deve honrar seu compromisso para com o indivíduo portador de deficiência. Novas idéias, novos projetos, novos colaboradores, serão bem-vindos para aprimorar a capacidade gerencial e de atendimento do movimento apaeano.

Estes 50 anos foram vividos com muito trabalho, sustentado pela solidariedade e pelo amor, e certamente frutificarão num futuro ainda mais promissor.

Em reconhecimento a tamanha dedicação em prol de tantos brasileiros, alicerçada em um compromisso de solidariedade moral, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em nome do povo deste Estado, realiza esta justa homenagem. A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 9, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de terça-feira, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 9/11/2004). Levanta-se a reunião.

### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 90ª Reunião Ordinária DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 10/11/2004

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para realização da plenária final da audiência pública sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para 2004-2007.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2003, dos Deputados Roberto Carvalho, Chico Simões e outros, que altera os arts. 43, 45 e 46 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 79/2004, da Deputada Jô Moraes e outros, que dispõe sobre a realização de

referendo para desestatização de empresa distribuidora de gás canalizado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.855/2004, do Governador do Estado, que autoriza a participação de empresa do Sistema PETROBRÁS no capital social da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG -, altera a Lei nº 11.021, de 11/1/93, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.481/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre a gestão de tecnologia, informação, pessoal, patrimônio, serviços gerais, orçamento, finanças e controle interno no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.385/2004, do Deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/11/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.713/2004, do Deputado Chico Simões; 1.768/2004, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/11/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 811/2003, da Deputada Jô Moraes; 1.168/2003, do Deputado Biel Rocha; 1.575/2004, do Deputado George Hilton; 1.613/2004, do Governador do Estado; 1.788/2004 e 1.822/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana; 1.861/2004, 1.866/2004, 1.868/2004, 1.869/2004 e 1.877/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.382/2004, da Comissão Especial da Silvicultura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: obter, com convidado, em audiência pública, informações sobre as insinuações trazidas por membros do SINDIFISCO, por meio de cartazes, durante a reunião da Comissão que tratou do termo de convênio celebrado entre o Estado, a Fundação Brava e o INDG.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/11/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter, com os convidados, esclarecimentos sobre a não-regulamentação da Lei nº 14.334, de 26/6/2002, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.186, de 5/6/96, e dá outras providências.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.448/2004, do Deputado Doutor Viana, e 3.452/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 10/11/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.336 e 1.339 a 1.341/2003, do Governador do Estado; 1.875/2004, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.898/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.783/2004, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 10/11/2004, destinadas à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 41/2003, dos Deputados Roberto Carvalho, Chico Simões e outros, que altera os arts. 43, 45 e 46 da Constituição do Estado; e 79/2004, da Deputada Jô Moraes e outros, que dispõe sobre a realização de referendo para desestatização de empresa distribuidora de gás canalizado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 1.385/2004, do Deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica; 1.481/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre a gestão de tecnologia, informação, pessoal, patrimônio, serviços gerais, orçamento, finanças e controle interno no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências; e 1.855/2004, do Governador do Estado, que autoriza a participação de empresa do Sistema PETROBRÁS no capital social da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG -, altera a Lei nº 11.021, de 11/1/93, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de novembro de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.236

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Miguel Martini, Gil Pereira e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2004, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2004.

Laudelino Augusto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Maria Olívia, Biel Rocha, Chico Rafael e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/11/2004, às 9 horas, na Câmara Municipal de Andradas, com a finalidade de discutir sobre as ações necessárias para a criação de infra-estrutura destinada à instalação de gasoduto para a transferência de gás natural até o Município de Andradas, a pedido do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2004.

Paulo Cesar, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.942/2004

Altera o art. 77 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 77 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77 - O mandato dos membros da Mesa da Assembléia, o qual termina com a posse dos sucessores, é de dois anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura ou na seguinte."

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2004.

Mesa da Assembléia

Justificação: A medida proposta tem por objetivo adequar o Regimento Interno da Assembléia ao texto constitucional, recentemente alterado por decisão dos parlamentares desta Casa.

De acordo com a mudança introduzida na Constituição do Estado, a recondução dos membros da Mesa da Assembléia pode ocorrer uma única vez, seja na mesma legislatura ou em legislaturas distintas, uma vez que não se via motivo para restringir a possibilidade de reeleição, entendimento confirmado pelo STF, no âmbito do Estado membro, e muito menos para limitá-la a legislaturas distintas.

O aperfeiçoamento da norma constitucional justifica-se pelo fato de a recondução permitir maior estabilidade e, em conseqüência, maior eficácia nas políticas administrativas no interior do Poder; e, ao se limitá-la a um único momento, seja na mesma legislatura ou em legislaturas distintas, preserva-se a alternância democrática na direção da Assembléia.

Cabe-nos, assim, apenas promover a adequação do nosso Regimento à mudança introduzida no texto constitucional. Para tanto, solicitamos o apoio dos nobres colegas à proposta ora apresentada.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembléia para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/11/2004

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, estamos saindo de mais um processo eleitoral em nosso País, que afirma, cada vez mais, a democracia no Brasil. É muito importante, independentemente de partidos, das vitórias e das derrotas que fazem parte da democracia e da alternância dos poderes públicos local, estadual e federal, que o processo eleitoral em si seja cada vez mais valorizado, respeitado e aperfeiçoado no País.

Nesse sentido, com alegria e com sentimento de reconhecimento, venho prestar elogio aos condutores do processo eleitoral no País, em especial o Tribunal Superior Eleitoral, os TREs nos Estados, particularmente o TRE mineiro, pela lisura, pela agilidade, pelo acompanhamento das eleições no País. É muito bom, como cidadão, como eleitor e também como agente político, ter e acompanhar de perto um processo que rapidamente apresenta ao eleitorado o resultado da sua manifestação legítima por meio do voto. O processo eleitoral brasileiro vem, a cada dia, aperfeiçoando-se. E, quando o comparamos com os de outros países - e tivemos recentemente a eleição americana -, podemos nos orgulhar, pois o Brasil avança rapidamente rumo ao fortalecimento de seu sistema democrático.

É evidente que precisamos de aperfeiçoamentos. Já tivemos avanços, como a própria Lei nº 9.840, de combate à corrupção eleitoral, o processo tecnológico, as urnas eletrônicas, os quais agilizaram as apurações. Há também a cobertura que a mídia vem dando às eleições. Precisamos também reconhecer a lisura crescente no tratamento dado às eleições no período regulamentar, e nem sempre foi assim no País, assim como o resultado em si.

O passo seguinte a um processo eleitoral vitorioso, do ponto de vista da democracia brasileira, é a busca desse progressivo aperfeiçoamento. E isso depende de todos nós, em especial do Congresso Nacional, que precisa enfrentar o debate sobre a reforma política, porque a consolidação democrática exige também uma reformulação e um avanço na questão da fidelidade partidária e no enfrentamento do controle dos financiamentos das campanhas eleitorais.

E veio o polêmico debate do financiamento público de campanha, e até mesmo alguns fenômenos que têm ocorrido merecem de nós uma atenção. Entendo que o trabalho eleitoral no dia da eleição, até mesmo proibido e muitas vezes realizado por pessoas que tinham talvez, livre

manifestação de apoio a uma candidatura e a oportunidade de fato de vestir a camisa de um candidato, hoje se vem deturpando e degenerando.

Aquela nossa saudosa boca de urna voluntária e democrática, a par da legislação eleitoral, hoje infelizmente está sendo substituída pela compra de militante para o trabalho eleitoral no dia, a qual, de certa maneira, é uma compra camuflada de votos. Esse é um aspecto muito presente nessas eleições de que saímos e merece dos legisladores e dos tribunais atenção particular.

O trabalho eleitoral em dia de eleição virou uma compra de voto disfarçada, o que distorce o resultado, os currículos e as trajetórias pessoais e políticas dos candidatos. Em algumas cidades, candidatos sem expressão política, social ou de militância comunitária, que, por meio da compra camuflada de votos e do trabalho no dia da eleição, tiveram reconhecimento nas urnas, não correspondendo a uma paralela e proporcional trajetória de vida política. São aspectos que podem e devem ser aperfeiçoados.

Registro que o processo eleitoral no Brasil se vai consolidando pelo aperfeiçoamento do controle dos tribunais, do papel democrático exercido pela imprensa e também pelo próprio amadurecimento do eleitor, que, a cada eleição, aumenta o nível de exigência nas suas escolhas, preferências e, aos poucos, vai rechaçando aqueles políticos tradicionais que não apresentam programas de Governo, propostas objetivas e vínculos ideológicos e político-partidários.

Se é verdade que o processo eleitoral foi positivo, registro que, a despeito de uma matéria ou outra, ou de uma afirmação ou outra precipitada, ficamos felizes com o resultado eleitoral do nosso partido, o PT. É lógico que, quanto ao resultado no seu conjunto na sua diversidade, por se tratar de um país de dimensão continental, evidentemente é necessário um processo de avaliação mais cuidadoso, observando-se as particularidades tanto nas derrotas quanto nas vitórias de cada município, de cada Estado e de cada região do País.

A verdade é que os números falam por si. Em 2000, o PT elegeu 187 Prefeitos e 201 a partir das mudanças partidárias. Agora elege 409 Prefeitos e Prefeitas espalhados por todo o País. Em Minas, tivemos o orgulho de ver colegas eleitos Prefeitos, como as Deputadas Maria José e Marília Campos, que agora no segundo turno, conquistou uma belíssima vitória em Contagem, e o Deputado Chico Simões. O PT deu um salto de mais 100% no número de Prefeituras conquistadas.

O número de Vereadores passou de 2.462, eleitos em 2000, para 3.655. Em Minas, tivemos um resultado que reflete a nossa direção partidária. A atual direção partidária mineira fez um importante trabalho de interiorização do partido, conduzido pela nossa Presidenta, Maria do Carmo Lara, e reforçado pelas bancadas estadual e federal. Isso possibilitou que, em nosso Estado, o número de Prefeituras do PT passasse de 34 para 87 e que fossem eleitos 622 Vereadores e Vereadoras.

Em relação ao plano nacional, o PT apresenta balanço positivo, sem perder de vista a necessária e aprofundada compreensão de que fomos derrotados no Rio Grande do Sul - inclusive a Capital, governada pelo PT há 16 anos - e em cidades importantes do Estado de São Paulo e da Região Sul. Aproveite para destacar a nossa importante vitória em Londrina. É necessário refletirmos por que não avançamos nesses Estados e nessas cidades.

No conjunto, tivemos um bom desempenho, que confere caráter nacional ao nosso partido. Felizmente, hoje o PT não é apenas o PT de São Paulo ou da Região Sudeste, mas um partido nacional; portanto, nos deixa felizes a vitória do PT em Porto Velho; a sua continuação em Rio Branco; a retomada de cidades importantes do Espírito Santo, como Vitória e Cariacica; a sua fixação em regiões empobrecidas do Rio de Janeiro, como Nova Iguaçu, e a vitória em cidades importantes, como Niterói. É importante o PT se firmar no Nordeste, em Fortaleza, em Recife e em cidades importantes do interior dessa região.

O desempenho do PT não pode ser balizado apenas, por mais importante que seja, pela derrota na Capital do Estado de São Paulo. É orgulho para nós, do PT, termos em São Paulo, com a Prefeita Marta Suplicy, a melhor administração realizada até hoje nessa cidade. Evidentemente, a boa administração não se traduz automaticamente em vitória eleitoral, quando há influência de outros componentes, como política de alianças, desempenho na condução da campanha e os adversários. Em São Paulo, perdemos para um candidato que já foi Ministro do Planejamento e da Saúde e candidato a Presidente pelo PSDB, partido respeitado e, também, de caráter nacional.

Reafirmo que não podemos precipitar avaliações nem ser ufanistas, nem superestimar resultados eleitorais, como também não podemos vincular o desempenho geral do partido a um Estado ou a uma cidade. Os números mostram: passamos de 187 para 409 Prefeituras no País.

Nestes minutos finais, mais uma vez gostaria de destacar o desempenho do partido, não somente dos candidatos em Minas Gerais, um Estado estratégico para o Brasil. Acredito, na verdade, que as eleições são importantes e fortalecem o sistema eleitoral, mas as eleições e os processos eleitorais não podem ser a referência única e prioritária dos agentes políticos. É nefasto à vida social e política brasileira terminar um processo eleitoral com um pé no outro. Tanto para os partidos políticos quanto para a democracia brasileira, ao aperfeiçoamento do processo eleitoral deve corresponder um aperfeiçoamento nos processos de gestão pública.

Em Minas, Estado que tem maior número de municípios do Brasil, temos a obrigação de avaliar, corrigir - seja a base de Governo, seja a da Oposição - os rumos do planejamento no Estado. Minas precisa afirmar-se no cenário nacional. Por outro lado, desenvolver processos legislativos e de políticas públicas que propiciem a Prefeitas, Prefeitos, Vereadoras e Vereadores eleitos uma gestão coroada de êxito e sucesso, porque o povo, além de votar, quer resultados. Os agentes políticos, além das vitórias eleitorais, precisam coordenar, conciliar e monitorar processos que viabilizem competentes gestões públicas no Estado de Minas Gerais.

Aos vitoriosos, o nosso reconhecimento, seja de que partido forem. Aos que perderam a eleição, o reconhecimento de que participaram de mais um processo eleitoral que caminha na consolidação da democracia brasileira.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, dois assuntos urgentes trazem-me à tribuna. Antes, porém, pego uma coroa no pronunciamento do Deputado André Quintão, que elogiou o TSE e o TRE-MG. Faço coro com as suas palavras, porque não é fácil fazer justiça neste País.

Na verdade, nossa lei é um emaranhado, uma colcha de retalhos, e culpamos as justiças comuns e eleitorais por decisões injustas, enquanto a culpa é do parlamento brasileiro, responsável pela elaboração das leis. A lei eleitoral é extremamente radical. Se inteiramente cumprida - o que deve acontecer -, os candidatos ficam impedidos de fazer campanha.

Não saberia arriscar um percentual dos candidatos que a transgridem. Entretanto, é muito difícil que um candidato a Vereador, Prefeito ou Deputado faça uma campanha absolutamente legal. Diria que é impossível cumprir a lei. Entre o real e o ideal, nossa lei pende muito para o ideal. Louvamos a OAB e a CNBB, que colocaram medidas duras na lei eleitoral, mas infelizmente ela não é cumprida.

Isso traz transtornos, pois, se a lei eleitoral não for cumprida, ficará desmoralizada. O TSE e o TRE têm feito o máximo esforço para realizar um bom trabalho. Falta fiscalização do próprio processo eleitoral. Não há aparatos policial e jurídico adequados para fazer cumprir a lei. Esse trabalho precisa ser feito. Muitas injustiças são cometidas no resultado final do processo eleitoral.

Desejamos o ideal de Platão, que, há dois milênios, defendia um processo humanista e ético; e não o pensamento de Maquiavel, que há 500 anos, aconselhava o Príncipe e defendia que em eleição vale tudo, menos perder, podendo-se até mesmo transpor a linha da ética e da moralidade. Esse pensamento deve ser condenado, e tenho certeza de que essa é a intenção da CNBB e da OAB. Porém, estamos longe de chegar a um processo eleitoral. Devemos repensar a lei eleitoral para torná-la real, fazendo com que seja cumprida.

Há muitos processos na justiça, mas abordarei o caso específico do Vereador Valdir Vilela, de Uberaba, cujo trabalho social era importante. Ele foi filmado e fotografado distribuindo sopas a uma comunidade pela qual trabalhava. Essa denúncia gerou uma decisão judicial desfavorável; ele candidatou-se estando "sub judice" e ganhou as eleições. A decisão foi desfavorável na primeira instância. Os órgãos de imprensa noticiam que o primeiro relator do TRE negou o recurso de Valdir Vilela. É preciso que haja denúncia para que, por meio do processo de fiscalização, identifique-se a transgressão da lei.

Se todo candidato a Vereador transgredisse a lei, como fez Valdir Vilela, não haveria nem um eleito sequer. Todos os 5.662 Prefeitos e Vereadores perderiam o seu mandato para fazer coro com alguém que, rotineiramente, servia sopa. Portanto, a lei é radical. Se ela determina que isso é causa de perda do mandato, deve haver processo de fiscalização, pois, do contrário, não haverá justiça.

A consciência política foi um lado positivo dessa eleição. Concordo com o Deputado André Quintão, quando ele diz que estamos evoluindo. O eleitor esteve mais atento e maduro, questionando e cobrando uma ação efetiva de desenvolvimento. Nas eleições de 3 de outubro, o voto foi mais consciente que nas últimas eleições, o que é bom para o País.

Cumprimento todos que tiveram coragem de colocar seu nome à disposição do eleitor. Apenas quem nunca participou de um processo eleitoral é que acredita que isso é uma coisa simples, quando, na verdade, é um ato de coragem, de cidadania. Cumprimento todos os que foram eleitos, sobretudo os que não foram felizes no resultado final do processo eleitoral, mas que contribuíram para a evolução do processo democrático do nosso País. Agora temos de esperar do Congresso Nacional medidas concretas quanto às reformas política e eleitoral.

Não podemos mais admitir neste País situações como a ocorrida com o Superior Tribunal de Justiça e com o Tribunal Superior Eleitoral, que regulamentaram uma lei devido à omissão do Congresso Nacional. Isso criou uma verdadeira balbúrdia no processo eleitoral de 2003, graças à redução do número de cadeiras nas Câmaras de Vereadores.

Não digo que não se deva reduzi-las, mas o processo deve ter as regras do jogo bem definidas, do início ao final. Não foi justo mudarem as regras no meio, e isso prejudicou bastante o processo eleitoral.

Repito que houve omissão do Congresso Nacional, e esperamos que ele possa regulamentar o processo e fazer a tabela de correspondência entre o número de Vereadores e o número de eleitores da população, pois a tabela atual é absolutamente injusta: há municípios pequenos com 9 Vereadores e municípios de porte médio com 10, 11 ou 12 Vereadores. Na verdade, essa distribuição não é normal.

Esperamos que haja uma efetiva mudança na nossa lei eleitoral e uma verdadeira reforma política, para que o Brasil tenha maior estabilidade no processo político-eleitoral.

Um segundo assunto traz-me aqui, e é urgente. Hoje teremos a reunião do arbitral do campeonato mineiro de futebol para 2005, e esse arbitral evidentemente definirá as regras do jogo.

Quero fazer um apelo muito especial ao companheiro Paulo Schettino, Presidente da Federação Mineira de Futebol. O Uberaba Sport Club participou do campeonato de 2004 e foi rebaixado para a 2ª divisão. Entretanto existe um processo no Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais parado há sete meses. Assisti a duas sessões de julgamento e fiquei assustado com o que vi ali. Não sou advogado nem sou do meio forense e fiquei tentando compreender o que fizeram, pois simplesmente não aceitaram o processo e mandaram-no para o arquivo, sem analisar o mérito.

Em um primeiro momento, pensamos que o advogado que estava defendendo o Uberaba Sport Club não tinha competência suficiente, mas houve uma apelação para o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, no Rio de Janeiro, o qual, em sua sentença, obrigou o Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais a analisar o mérito do processo.

Segundo a lei, o Uberaba Sport Club tem toda a razão e deve continuar na 1ª divisão. O Guarani Esporte, nesse caso, perderá os pontos por causa da condição irregular do jogador Sérgio Henrique da Silva.

Muitas pessoas podem estar-se perguntando qual a ligação entre a Assembléia e o futebol, mas ressalto que não podemos brincar com a comunidade. Por trás de um time de futebol, há os torcedores. O futebol é a paixão do brasileiro. O Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais deveria fazer uma revisão em seu procedimento, pois estamos assustados com sua decisão.

Irei ler a decisão dada pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Rio de Janeiro em relação ao Processo 141/2004. (- Lê:)

"Recurso Voluntário. Procedência: TJD-MG. Recorrente: Uberaba Sport Club. Recorrido: Guarani Esporte Clube. Terceiros interessados: Tupi Foot Ball Clube, Ipatinga F. Clube, União Recreativa dos Trabalhadores e Associação Atlética Caldense. Auditor-relator: Dr. Luis Geraldo Lanfredi. Resultado: Por unanimidade de votos, arguiu-se a preliminar que o procedimento adequado é queixa e não impugnação de partida, para, no mérito, por maioria de votos, anular todo o processo, remetendo-o ao TJD-MG, para que prossiga, como dispõe o art. 76 do CBJD, reconhecendo-se, ainda, teratológica a decisão do Tribunal, que extinguiu o processo sem julgamento de mérito por falta de provas".

No dicionário Aurélio, procurei a palavra teratológica, que significa exatamente o estudo das monstruosidades. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva afirmando que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresentou uma decisão teratológica, ou seja, monstruosa, diminui a importância do nosso futebol, da nossa federação e do nosso Tribunal de Justiça, colocando sob suspeita todos os que ali militam.

Não desejamos nada mais que justiça. Gastar seis, sete, ou oito meses para um julgamento como esse, em uma atitude clara de embromação do processo, não é justo, porque desejamos uma decisão em que se faça cumprir a lei. Não pretendemos prejudicar ninguém, principalmente o Guarani Esporte Clube de Divinópolis, mas também não desejamos que o Uberaba Sport Club fique prejudicado por uma falta de decisão ou por uma decisão equivocada ou tendenciosa.

A Federação Mineira de Futebol e o Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais estão sob suspeita. Quando algo está sob suspeita, cabe à Assembléia Legislativa verificar se os procedimentos estão corretos.

Há uma CPI nesta Casa sobre a Federação Mineira de Futebol. Não desejamos buscar esse instrumento para elucidar as questões, mas, se necessário for, gostaríamos de pedir a compreensão dos nobres pares para visitarmos a federação e questionarmos tudo que se passa lá. Confiamos em seu Presidente, Sr. Paulo Schettino, pessoa de bem, policial e Delegado renomado, mas infelizmente a federação não é conduzida somente por ele. O Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais tem de realizar um julgamento isento, sem tendenciosidade e sem corrupção, porque, do jeito que os fatos foram expostos, podemos levantar suspeitas sobre o caso.

Como esse arbitral acontecerá hoje, esperamos que a Federação Mineira de Futebol tome uma decisão que não prejudique quem tem direito no processo. Há aquela fala célebre do Papa João Paulo II: "Todos desejam a paz, mas poucos desejam fazer justiça". Com a falta de decisão do TJD-MG, constatamos que não desejam a paz. A guerra é sempre prejudicial, mas, se for necessário, teremos de recorrer a ela para que a justiça seja feita.

Peço desculpas aos meus companheiros por trazer um assunto que diz respeito ao Uberaba, mas refere-se também a um campeonato mineiro. O Uberaba Sport Club está carente da decisão de um tribunal, e, caso não tenha razão, não há como esperar. Aceitaremos a decisão da primeira instância ou do Tribunal Superior de Justiça Desportiva do Rio de Janeiro, mas desejamos uma conclusão. Hoje estamos tratando do Uberaba, mas, amanhã, poderemos estar tratando de outros times do Estado, que poderão ser prejudicados. Desejamos uma federação forte e isenta e um tribunal que julgue os casos em tempo e com isenção de qualquer influência política ou de outra ordem.

Fica aqui o nosso apelo para que a Federação Mineira de Futebol encontre hoje no arbitral a ser realizado, uma forma de não prejudicar ninguém que tenha participado e que esteja legal. Dizem que o Uberaba perdeu nas quatro linhas e agora busca o tapetão. Não é esse o raciocínio porque, se existe um critério, uma lei para que o campeonato se desenvolva, essa lei tem que ser cumprida. Queremos que o regulamento seja cumprido na sua inteireza. Fazemos um apelo ao Presidente Paulo Schettino, ao Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais para que dê seu julgamento final sem prejudicar alguém que realmente está carente de justiça. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/11/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Jozianne Marques Lopes Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando Simão Evangelista de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Simone Duarte de Las Casas do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Jozianne Marques Lopes Ferreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Simão Evangelista de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Giséle Cristiane Mendes Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Edilson Brandão Guimarães Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Lucas Cruz Neves do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

nomeando Simone Duarte de Las Casas para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

#### Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Doutor Viana, matrícula 9664-4, no período de 21/10 a 19/11/2004.

Mesa da Assembléia, 29 de outubro de 2004.

Mauri Torres, Presidente.



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2004

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 23/11/2004, às 10h15min, pregão eletrônico, por meio da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e reforma de mobiliário.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou, gratuitamente, por meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Nossa Senhora de Lourdes Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a contar de 5/11/2004. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.